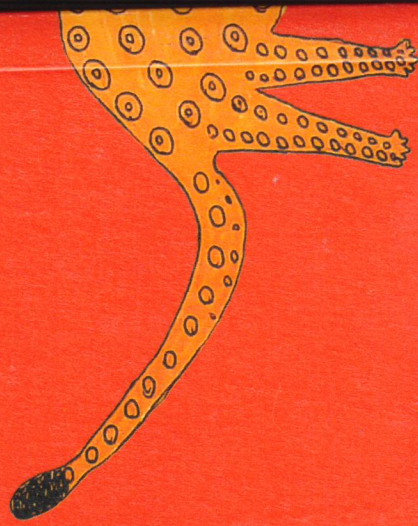


ISBN 978-65-5921-152-4



9 786559 211524

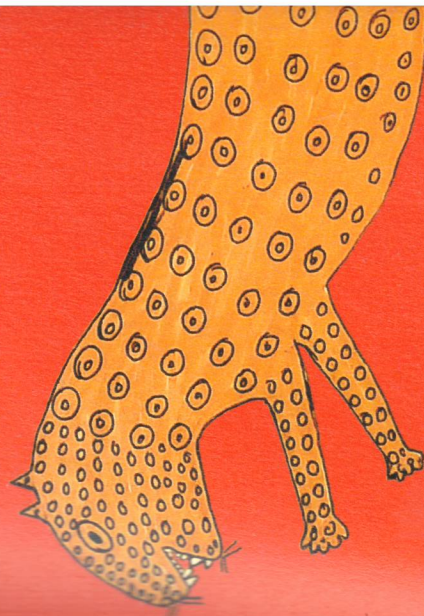


A Amazônia produz 20% da água doce do planeta e abriga por volta de 16 mil espécies de árvores. Maior floresta tropical do mundo, ainda encerra mistérios que instigam pesquisadores e leigos. Ao apurar a forma como o território vem sendo ocupado desde os anos 1960, João Moreira Salles evidencia a falta de curiosidade e afeto que pautou os modelos de exploração do bioma, o qual foi sendo devastado e reduzido à lógica das economias extrativistas.

Resultado da estadia de seis meses de Moreira Salles no Pará e tributário da literatura de viagens, *Arrabalde* nos convida a olhar atentamente para a floresta, em sua complexidade biológica e social, em sua desordem natural e potente, que alarmou a mentalidade racional de tantos homens que lá tentaram fazer empresa. Caleidoscópio das relações dos brasileiros com a Amazônia, este volume é uma defesa contundente de nosso maior patrimônio ambiental e um ensaio sobre seu presente e suas possibilidades de futuro.

João Moreira Salles ARRABALDE

Em busca da
Amazônia



Introdução

Ver a floresta

É difícil compreender quando não se presta atenção. Prestar atenção é sempre o primeiro passo. Só depois vem o encanto, o zelo, quem sabe o amor. Não foram poucos os males que se abateram sobre a Floresta Amazônica — sobre seus povos, seus animais, suas plantas, seus fungos, suas águas — desde a chegada dos europeus ao Novo Mundo. O principal deles, comum a todos os outros, está no fato de que os que vieram de fora e se instalaram na Amazônia foram e continuam a ser indiferentes à floresta.

Euclides da Cunha, talvez o maior escritor a ter viajado pela parte brasileira do bioma, começa assim o relato sobre o que viu: “Ao revés da admiração ou do entusiasmo, o que nos sobressalta geralmente, diante do Amazonas, no desembocar do dédalo flórido do Tajapuru, aberto em cheio para o grande rio, é antes um desapontamento”.

Euclides não é exceção. Ao folhear os livros de viajantes e exploradores da Amazônia, logo se percebe que eles podem ser divididos por duas estantes diferentes: uma, dedicada à floresta como inferno; a outra, à floresta como paraíso. Na primeira, mo-

notonia, solidão, medo, doença, fome, horror; na segunda, variedade, beleza, prodigalidade, deslumbramento. De modo geral, o que distingue uma estante da outra é a capacidade de enxergar a floresta nos seus próprios termos, suspendendo noções de ordem e beleza moldadas ao longo de séculos pela imaginação ocidental. Não sendo essa uma tarefa fácil, a primeira estante é naturalmente mais fornida que a segunda, a pilha de seus livros muito mais alta.

Florestas não têm boa reputação no Ocidente. Nelas os homens se perdem, os lobos espreitam e o mal se manifesta. Gerações de crianças cresceram ouvindo essas histórias da boca dos mais velhos, nas lendas, nos contos de fada, e à noite, tomadas de medo, recordavam-se delas antes de fechar os olhos e adormecer. Assim se cria uma tradição. No romance *As brasas*, o húngaro Sándor Márai faz um personagem dizer: “Só havia nós dois no meio da floresta, naquela solidão que é a solidão da noite, da madrugada, dos bosques, dos animais selvagens, e na qual o homem, por instantes, tem sempre a impressão de ter se perdido na vida e no mundo.”

Não precisava ser necessariamente assim. Desde a Grécia Antiga existe uma segunda tradição que trata as florestas como regiões de refúgio, não de medo. Que o diga Branca de Neve. Estudiosos apontam a Alta Idade Média como o período em que essa tradição se fixa na hagiografia cristã. Na altura do século XIII, o deserto para onde se retiravam os homens santos do primeiro cristianismo é substituído pelo bosque, convertido agora no novo cenário para a busca da solidão que aperfeiçoa a alma. É para regiões florestadas, distantes da civilização, que parte são Bento, o grande organizador da vida monástica. Bento julgava que só nesses ermos seria possível “viver consigo mesmo”, num isolamento voluntário feito de trabalho e oração.

Para esses homens de Deus, a floresta era ambivalente, um lugar de paz e de perigo, de bons e de maus encontros. Deus e o demônio estavam nela, como no resto do mundo, aliás. Um bos-

que não era intrinsecamente mau. Os perigos podiam ser vencidos, o que a santidade demonstrava repetidamente ao domesticar o mundo selvagem. O urso, animal então típico das florestas europeias, é personagem frequente na história dos santos. De feroz, torna-se dócil ao contato com o homem puro, assim como também o lobo. Domesticação problemática, sem dúvida; levada ao paroxismo, significa o assenhoreamento da natureza de que é exemplo o urso de focinheira puxado por uma corrente, a fazer rir com suas cambalhotas os frequentadores das feiras medievais.



A cena é uma poderosa alegoria da ideia de que animais e plantas existem para servir ao homem. Conheçamos bem isso. Ocorre que a domesticação também podia representar o inverso do domínio. Em vez de sujeição, capacidade de entendimento, pacificação. É o caminho de São Francisco, o homem que amansava lobos e conversava com pássaros. As lendas franciscanas mostram que era possível viver em harmonia com o mundo natural.

São dois campos, portanto, o do medo e o da harmonia, dicotomia presente também na épica amazônica. No campo da con-

córdia, à parte os habitantes originais da floresta, encontramos principalmente os naturalistas, homens e mulheres de ciência, amadores ou profissionais que se dirigiram à Amazônia movidos pelo desejo de conhecê-la. No campo oposto, o do temor, infelizmente se encontra boa parte das outras pessoas, destacando-se os milhares de brasileiros que, nas migrações mais recentes, a partir dos anos 1960, foco principal deste livro, foram estimulados pelo regime militar a se transferir para aquela "terra sem gente" — uma formulação do período que ilustra de forma certa como o Estado fez da indiferença um princípio de conquista.

A Amazônia, é claro, não era nem nunca havia sido uma terra despovoada. Estima-se que no século XVI, quando da chegada dos europeus, de 8 milhões a 10 milhões de pessoas habitavam a floresta. Nos séculos posteriores, povos originários foram dizimados por doenças e violência, mas parte deles resistiu. Nunca deixaram de estar ali. A eles foram se somando grupos hoje tradicionais que, na maioria dos casos, mantêm uma relação não des-trutiva com a mata — ribeirinhos e quilombolas, pescadores artesanais e seringueiros, coletores de castanha, piaçava e açaí. A "terra sem gente" da retórica oficial atestava que toda essa humanidade era invisível aos olhos do Brasil. Do medo, passava-se à indiferença. Sentimentos que, embora distintos, pertencem à mesma estante.

Grandes movimentos de ocupação são sempre sustentados por construções ideológicas. O colonialismo é isso. As fábulas que o Estado brasileiro urdiu para promover a migração interna em direção ao bioma nos arrastam definitivamente para o campo de Euclides e de Márai, o da floresta como lugar hostil. É uma escolha, e, como tal, nada impede que mude; até agora, contudo, é esse o roteiro que tem sido seguido. As cidades localizadas no bioma Amazônia, por exemplo, estão de costas para a floresta. Não dependem dela, não se relacionam com ela, não se veem co-

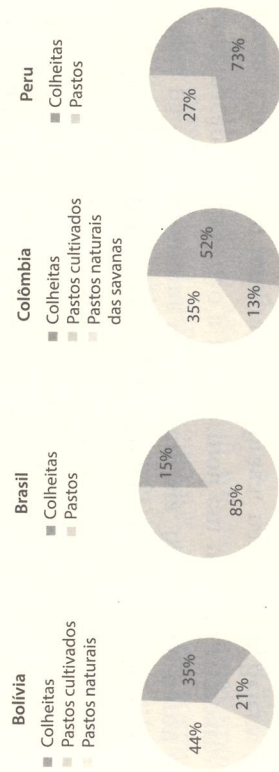
mo parte dela. Nessas cidades vivem cerca de três quartos dos quase 20 milhões de amazônidas. É difícil avaliar quantos deles sentem falta da floresta, mas, dada sua reação tímida ao recrutamento da devastação, pode-se supor que não formem maioria. Nisso, não parecem diferir do resto dos brasileiros, para os quais a Amazônia deve, sim, ser protegida — contanto que por outros.

Em boa medida, quem se mudou para a Amazônia foi para lá a fim de substituir a Amazônia. "Quando eu cheguei, aqui não tinha nada" — a frase é recorrente nas histórias de origem que colonos gostam de contar aos forasteiros que visitam suas fazendas. Da varanda de casa, apontam para um pasto ou uma lavoura que, a depender da propriedade, se estende a perder de vista. "Era nada, nada", repetem, não sem orgulho, numa espécie de canto-chão da saga da conquista. Os vitoriosos não souberam — nem quiseram — atribuir valor espiritual à Amazônia. Aquilo é nada.

Com exceção de uma minoria, portanto, a Amazônia sofre por não ter sido pensada e não ter sido querida. A civilização brasileira não formulou uma ideia de floresta. Não a incorporou à imaginação coletiva, não a transformou em imagem compartilhada. Como diz o fotógrafo Luiz Braga, nascido em Belém: a Amazônia é o que se esquece do Brasil. É resto, arrabalde.

Ironicamente, a não ser pelo arrabalde que despreza, o país se mostra mais e mais irrelevante no cenário global. A periferia se tornou o verdadeiro centro, e o centro, a periferia. É a Amazônia que nos põe e nos tira da cena internacional. Compreende-se: se a floresta se for, as leis inclementes da biofísica nos dizem que será preciso esquecer a vida que temos hoje, pois ela será outra. Lidaremos com distúrbios causados por seca, fome e doença, principalmente no Brasil, mas não só.

A paisagem do bioma continua a ser majoritariamente floresta, mas apenas porque a região é continental e a substituição de uma coisa por outra leva tempo. Vinte por cento já foram convertidos seja em lavoura (uma pequena parte disso, equivalente a 15%), seja em pasto (a quase totalidade, somando 85% das áreas em que a cobertura florestal foi eliminada). Em outros 20%, o trabalho de roer a mata já começou e neles a floresta está degradada. De dez partes desmatadas, apenas uma trocou a floresta por alguma atividade econômica razoavelmente produtiva. Cerca de seis são pastagens de baixíssima produtividade — menos de um boi por hectare — e quase três não têm qualquer uso agrícola. São terras abandonadas. Essa destruição não é obra de séculos: toda ela aconteceu nos últimos cinquenta anos. Até 1975, apenas 0,5% da floresta havia sido desmatada.



Percorrer algumas estradas na Amazônia expõe o viajante às escolhas que temos feito para o bioma. O trajeto entre as cidades paraenses de Santarém e Itaituba, por exemplo, leva de sete a dez horas de carro, a depender da condição da estrada, e proporciona uma experiência de contrastes. Durante todo esse tempo, a janela do assento do passageiro se abrirá para uma floresta nacional exuberante. Do lado oposto, pela janela do motorista, no início do percurso se verá alguma soja. Logo depois, o que se vê é nada,

apenas um deserto produzido pelo homem. O carro poderá avançar por vinte minutos sem que apareça uma só criatura viva. Os poucos bois, quando se cruza com eles, estão aglomerados debaixo da sombra de uma árvore solitária, as costelas à mostra, atordoados pelo sol e por uma existência infeliz. Sessenta por cento do que foi desmatado na Amazônia deu lugar a paisagens assim.

Essas vastas terras desoladas não produzem riqueza, não geram renda, não dão emprego, não alimentam o país. Sua única serventia foi enriquecer algum madeireiro ilegal ou, mais provavelmente, algum especulador que primeiro desmatou, em seguida pôs lá uns bois para se dizer produtor rural e então ficou à espera de ser alcançado pela infraestrutura do Estado. Se isso acontece, ele vende — sua motivação nunca foi a agricultura ou a pecuária, mas o possível lucro de uma operação imobiliária, geralmente à custa do roubo de patrimônio público. Quando perde a aposta, ele apenas vai embora, larga as terras, adicionando mais algumas centenas de hectares à paisagem arruinada. Assim se explica parte do abandono.

Outra parte resulta da exaustão dos solos. Eliminada a floresta, o que resta no chão é uma camada pobre de terra de onde não se tira sustento; esgotados em alguns anos os nutrientes produzidos pela queimada, não há mais nada a fazer ali. Segue-se adiante, atrás de novas florestas. Na Amazônia Legal já existe um estado de São Paulo, ou um Reino Unido, de terras abandonadas. Troca-se um dos sistemas biológicos mais complexos de que temos conhecimento por essa ruína. Ao contrário do que sugere a máquina de propaganda do setor agropecuário, definitivamente não é a Califórnia do agronegócio que se está construindo ali.

O esquema está longe de ser novidade, mas a fábula de que abrir florestas é essencial para o desenvolvimento do país con-

tinua poderosa. Estudos dos anos 2000 já demonstravam como as localidades mais desmatadas haviam se tornado irremediavelmente pobres. Algum enriquecimento acompanhara os anos do desmate, mas em seguida, depauperada, a terra já não era capaz de gerar renda. Pesquisas recentes indicam que hoje esses lugares perdem população. Vão se tornando, agora sim, *terra sem gente* — não mais a formulação ideológica dos anos 1970,* mas um triste fato demográfico induzido por um modelo perdulário de ocupação territorial.

Nada disso beneficia o Brasil. Parece claro que uma das principais tarefas do país seria fazer com que os brasileiros conhecessem melhor seu patrimônio mais precioso, criando meios para que a floresta fertilizasse nossa imaginação. Um bom começo seria incluir nos currículos escolares as novas descobertas da arqueologia, que demonstram como a Amazônia é não apenas um bem natural, mas também construção humana, um artefato de cultura, ou, no modo de ver dos povos originários, um sistema surgido da colaboração entre humanos e não humanos. Durante milênios, parcelas dessa floresta vêm sendo manipuladas por mãos indígenas, num trabalho de seleção de plantas e construção de solos férteis que revela um conhecimento profundo das interações entre plantas, bichos, fungos, microrganismos, chuva e vento. A floresta que vemos hoje, parte natureza, parte obra humana, é fruto dessa notável inteligência ecológica.

* A fórmula foi criada em 1955, durante o governo Café Filho, como lema para promover a imigração europeia. Contudo, não dizia respeito especificamente à região Norte, mas a todo o Brasil. Em 1970, o dístico seria reapropriado pelo governo militar no âmbito do Programa de Integração Nacional, uma política voltada à ocupação dos “vazios demográficos” da Amazônia.

Que esse sistema singular produza 20% da água doce do planeta e abrigue 25% da biodiversidade terrestre, bem como cerca de 10% de todas as formas vivas conhecidas, indica que estamos diante de algo grande. Difícil imaginar herança mais rica de um povo a seus pósteros. Somos os guardiões desse legado, o que mais uma vez nos põe diante da encruzilhada: ou protegeremos o que está sob nossa responsabilidade ou, caso deixemos que a Amazônia seja destruída, arcaremos com o desastre moral que se abaterá sobre nós, brasileiros, neste momento crucial da história ecológica do planeta.

A polonesa Olga Tokarczuk, prêmio Nobel de literatura em 2018, define as “coisas importantes” como “aquelas que são únicas e sobre as quais paira uma terrível ameaça de destruição”. Um livro sobre a Amazônia bem poderia começar assim. Temos sob a nossa guarda uma “coisa importante”. É preciso decidir o que fazer.

O Brasil já encarou esse dilema e se saiu bem. Ao longo de pelo menos dez anos no início deste século, o país mostrou como se protege uma floresta tropical. Os instrumentos utilizados na época para conter o desmatamento na Amazônia provavelmente não surtiriam o mesmo efeito hoje, pois a dinâmica social mudou e há novos elementos por trás da devastação. O essencial, contudo, é que o país soube identificar a natureza do problema, projetar as soluções e levá-las à prática. Se o fez antes, saberá fazê-lo novamente. Talvez nenhum país tropical disponha de infraestrutura técnica — universidades, institutos, pesquisadores, organizações não governamentais — tão robusta quanto a nossa. Quando a política se alinha com o conhecimento, o Brasil é competente: a maior contribuição histórica de um único país à redução do lançamento de gases do efeito estufa na atmosfera foi dada pelo Brasil, durante os anos em que diminuimos drasticamente o desmatamento na Amazônia. Nesse mesmo período, a produção agrícola

na região aumentou em mais de um terço, jogando por terra a fal-
sa dicotomia entre preservação e desenvolvimento.

O ciclo de destruição em curso pode ser revertido. Exige en-
gajamento cívico, pressão política, uma afirmação clara da socie-
dade de que a floresta não pode mais ser atacada. Se a revolução
na agricultura brasileira reproduziu o velho modelo de ocupação
— a floresta não é nada, vamos substituí-la por outra coisa —,
os caminhos do século XXI precisam ser necessariamente outros.
Não mais a submissão do urso, mas o convívio com o lobo — ou
com a onça —, pondo fim à tendência brasileira de fazer do mun-
do um deserto.

Diante do estado de emergência climática em que se encon-
tra o planeta, parece óbvio que o Brasil deveria se constituir como
centro de referência mundial para produtos florestais não madei-
reiros, para o reflorestamento das áreas abandonadas, para novos
materiais extraídos da natureza, para a engenharia baseada nas
formas vivas, para a identificação de moléculas que curam, perfu-
mam e embelezam, para a agricultura de baixo carbono, para o
provimento de serviços ecossistêmicos, para a elaboração dos
acordos internacionais que definem os termos de pagamento des-
ses serviços, para o estabelecimento de novos marcos legais de re-
muneração das comunidades que preservam esse vasto patri-
mônio genético. Uma empreitada que exige vontade, ciência e
ambição. Seria um esforço do qual o país poderia se orgulhar.

Dada a beleza da floresta, não deveria ser difícil escolher o
caminho do orgulho. Mas é preciso insistir: o primeiro passo é
conhecê-la. Saber, por exemplo, que a floresta se alimenta da flo-
resta. Que ela vive de si mesma, reciclando ininterruptamente o
material biológico que é devolvido ao chão. O que existe ali vive,
morre e, ao virar serrapilheira, alimenta o que ainda não morreu
e o que está em vias de nascer — esse é o ciclo, o contrato social da
floresta. As conexões e as interdependências são de uma comple-

Atitude que desafia os mais avançados modelos computacionais.
Tudo depende de tudo. É lindo e é também precário. Empobreça-
-se a floresta, e ela deixa de funcionar.

A fragilidade costuma produzir, quando se presta atenção, o
sentimento de empatia e ternura que pessoas decentes dedicam às
coisas que correm o risco de desaparecer. Somos moralmente in-
clinados a escolher o lado de quem está em perigo. Não há por que
essa compaixão pela fragilidade não se transformar em compaixão
pela floresta, por suas criaturas todas, humanas e não humanas.

“A floresta de pé tem valor”, afirmam com crescente insistên-
cia pesquisadores, ativistas e (alguns) empresários, preocupados
que estão com a sobrevivência da floresta. Ocorre que *valor* é
uma palavra semanticamente rica, com sentidos que transcen-
dem o elemento econômico. A beleza tem valor, a variedade das
coisas vivas tem valor, tem valor a certeza de que asseguramos a
todos esses seres o direito de continuar a existir. Seria ingênuo
achar que isso basta, pois nunca bastou, mas é preciso repisar: se-
ria um erro e uma imoralidade tratar a floresta como mero ativo
econômico, reduzi-la a objeto de uso e domínio. Ela é um bem
coletivo e, como tal, possui valor intrínseco. Não precisa servir a
nada nem tem obrigação de ser útil.

Ocorre que ela é. Essa utilidade precisa ser identificada, es-
tudada, descrita, qualificada. Isso é projeto de Estado, dever de
país. A ciência demonstra que a Amazônia é essencial à estabele-
zação do clima. Ela está na convergência de pelo menos três siste-
mas globais que sustentam a vida como a conhecemos: biodiver-
sidade, água doce e carbono. Imagine-se o valor disso — a palavra
vai aqui no seu sentido mais amplo — nas próximas décadas.

Tudo somado, a Amazônia nos convoca a ser otimistas. Não
só em relação a ela, mas em relação a nós mesmos, brasileiros,

curadores de 60% desse patrimônio universal. Protegê-la é dar sentido a um país periférico e à deriva. A Amazônia oferece a possibilidade de o Brasil ser o que jamais foi: um país à altura de uma tarefa global. Nunca tínhamos sido chamados a enfrentar um problema dessa dimensão, capaz de afetar a coletividade humana. Agora fomos.

Na medida em que o otimismo se contrapõe ao desânimo, ao fim e ao cabo ele também se torna uma estratégia, quando não uma obrigação. Escrevendo em outro contexto, Lea Ypi, uma cientista política albanesa, refletiu sobre um período duríssimo vivido por seu país. Depois dos anos felizes que se sucederam à queda, em 1990, do regime totalitário sob o qual Ypi crescera, a Albânia agora mergulhava num vale-tudo em que os mais fortes se impunham aos que nunca haviam tido poder. Nesse quadro de injustiça e promessas desfeitas, Ypi defendia que era preciso não desespelar: “Combater o cinismo e a apatia política transforma-se no que alguns poderiam chamar de dever moral; sinto que para mim é mais como uma dívida que contraí com todas aquelas pessoas do passado que sacrificaram tudo porque *elas* não eram apáticas, *elas* não eram cínicas, *elas* não acreditavam que, para as coisas entrarem nos eixos, basta deixar que sigam seu curso”.

Vale para a Amazônia. Não são poucas as pessoas que, ontem como hoje, se dispuseram a defender a floresta, algumas delas pagando um preço alto demais. Elas são, de fato, legião. Nem todos nós temos como nos dedicar assim à Amazônia, nem seria o caso. O que a floresta pede é mais simples: a nossa atenção.

NOTA SOBRE A VIAGEM

Arrabalde: Em busca da Amazônia resultou de uma estadia de seis meses na região Norte. Cheguei em agosto de 2019, fiquei

até meados de dezembro e voltei para lá em fevereiro de 2020, concluindo assim uma longa viagem cujo objetivo era tentar compreender o que se passava na floresta. Àquela altura, o bioma dominava o noticiário internacional sobre o Brasil, e por razões muito claras: intensificavam-se as violências de toda sorte sobre a Amazônia. Suas árvores ardiam, suas terras públicas eram ocupadas por ladrões, seus rios vinham sendo sistematicamente envenenados pelo mercúrio do garimpo, invadiam-se as unidades de conservação e os territórios indígenas. Em suma, um quadro de descontrole no qual a criminalidade se espalhava por toda parte, impulsionada por um Estado que decidira abdicar de seu dever para com a região. Como cidadão do país responsável por esse cenário desolador, minha ideia era escrever sobre o que visse e, na medida do possível, prestar testemunho.

A Amazônia de *Arrabalde* é a Amazônia paraense. Meus roteiros se iniciavam sempre em Belém, onde aluguei um apartamento, e não se estendiam além das fronteiras do estado. Imenso, do tamanho da África do Sul ou de duas França, o Pará é uma espécie de metonímia da região. Não uma metonímia perfeita — a Amazônia é grande e diversa demais para que uma de suas partes seja tomada pelo todo —, mas na impossibilidade de dedicar uma vida inteira à maior floresta tropical do planeta, o estado é um bom ponto de partida para começar a entender o que o Brasil tem feito dela. O Pará contém todas as glórias e misérias do bioma; o que a floresta é e como a estamos transformando se manifesta ali com clareza — o bom tanto quanto o mau, o belo e o feio, o sublime e o sórdido. Ali existem zonas desmatadas e zonas protegidas, pastos e selva, bois e onças, soja e castanha, fogo e chuva, extensões onde a vida deixou de existir e paisagens onde ela é exuberante, mineração industrial e garimpo, cidades consolidadas e cidades de fronteira, grandes obras de infraestrutura e estradas

clandestinas, terras indígenas, terras quilombolas, terras invadidas e terras abandonadas. Tudo isso existe no Pará.

A viagem deu origem a sete artigos publicados na revista *piauí* entre outubro de 2020 e abril de 2021. Aquele conjunto de textos, bastante expandido aqui, forma a base deste livro.

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2022

1. A floresta difícil

Um grau e meio de latitude separa Belém da linha do Equador. De dia, o sol fustiga a cabeça, os ombros, o rosto, os postes, as casas, os prédios, as calçadas, os carros, os ônibus. O sol fustiga tudo.

Numa manhã de dezembro de 2019, no bairro Castanheira, um segurança da Igreja Universal do Reino de Deus olhava os carros passarem pela via expressa. No alto da escadaria que leva ao templo, em meio às buzinas, à fumaça e à feiura, lá estava o homem em seu posto, sem nenhuma sombra a protegê-lo. Eram oito da manhã, fazia 36 graus e ele vestia camisa, gravata e terno pretos, o paletó fechado até o último botão.

Temos visto isso, esse empréstimo de protocolos criados para outras culturas e outros climas. A incongruência da cena, contudo, não é apenas um verbete a mais no rol das nossas imitações malfeitas; é algo impraticável. O segurança de terno preto debaixo do sol equatorial é viável por muito pouco tempo. Se permanecer ali toda a manhã, desmaia; se não for acudido, morre. O que significa duas coisas: que a paisagem natural, eliminada ao

Epílogo

Uma linda possibilidade

A despeito da retórica ufanista, o Brasil é pouca coisa. Não é potência econômica, nem científica, nem tecnológica, nem geopolítica. Longe disso. Quinhentos anos depois da chegada dos portugueses ao litoral baiano, não temos muito o que mostrar ao mundo. O cenário à frente também não é promissor. Num século que se organiza cada vez mais em torno não de coisas, mas de conhecimento, nossas perspectivas parecem medíocres. Países como a China importam cérebros; o Brasil tem escolhido exportar os seus, movimento que ganhou volume nos últimos anos e se transformou numa verdadeira fuga de pesquisadores. Para que haja cientistas é preciso haver ciência. A cada novo corte de verbas para pesquisa, a cada criacionista indicado para cuidar das escolas e bibliotecas do país, o Estado brasileiro reafirma que não trilha esse caminho.

Produzimos alimentos, o que é importante. Ocorre que a soja do Centro-Oeste brasileiro é idêntica à soja cultivada no continente africano ou na Sibéria. Se o Brasil soube fazer a sua revolução agrícola, outros países podem fazer a deles, como prenciam

as mudanças climáticas e as transformações tecnológicas em curso. Resta saber se a concorrência mais forte virá das novas fronteiras de plantio ou dos laboratórios.

O que sobra então? O que distingue o país e o torna único? É simples. Temos a maior biodiversidade e a maior quantidade de carbono estocado em matéria orgânica do planeta (a Rússia nos ultrapassa, se incluído o carbono capturado no solo). Mais do que importante, esse é um patrimônio crucial. Num mundo fadado a enfrentar a emergência climática que se avizinha, preservar a maior floresta tropical do mundo é, antes de tudo, um dever de civilização. Para um país que contribuiu tão pouco para a felicidade do planeta, cumprir essa tarefa já seria imenso. Isso deveria bastar, mas os benefícios não se esgotam aí, pois não se resumem apenas ao cumprimento da responsabilidade moral: até segunda ordem, esse patrimônio vital que nos foi legado arbitrariamente pelas vicissitudes da química e da física da Terra é o único em condições de nos dar alguma relevância global.

Como observa Bernardo Strassburg, o capital natural foi sempre um ativo estratégico para o Brasil. O país vem sendo explorado assim desde o pau-brasil. Com o tempo, o que passou a nos caracterizar foi o que *substituiu* o capital natural: o café, o grão, a soja. Com tantas terras abandonadas ou mal usadas na Amazônia, não há por que abrir nem mais um palmo de floresta para plantar um pé de couve.

Num aparente paradoxo, tamanho desperdício, esse excesso de terra abandonada, essa França onde nada se produz — quase um terço de tudo o que foi desmatado desde que os dados começaram a ser compilados por satélite —, pode ser percebido, não sem dor, como uma trágica vantagem. Olhando para o que fizemos do bioma, Juliano Assunção considera que o dado mais animador não é a quantidade de florestas que ainda resta, mas a de pastos. E por uma razão: o que precisava ser desmatado já foi, com sobras, e em boa parte para nada. O país destruiu bem mais

do que precisava e agora se vê com uma oferta abundante de terras improdutivas. Nesses pastos inóspitos é possível erguer outro tipo de economia.

As pesquisas de Strassburg mostram que nenhum país no mundo tem tantas áreas prioritárias onde fazer restauração florestal: 58 mil quilômetros quadrados somente no bioma amazônico. Isso é mais do que uma Bélgica, uma Suíça ou uma Dinamarca. Do modo como está organizado hoje, o mercado tende a privilegiar medidas de remoção de carbono, preferindo-as à de redução ou prevenção de emissões (uma árvore que cresce remove, um desmate que se evita reduz), o que significa que, nos próximos anos, devolver florestas para paisagens hoje devastadas poderá se transformar numa atividade econômica relevante. Strassburg estima que um programa médio de restauração empregue tanto quanto um cultivo de café, e bem mais do que a pecuária. Há gente para isso. Como mostram os estudos do grupo de Juliano Assunção, a região tem hoje uma oferta abundante de mão de obra desocupada. Junte-se essa abundância a outra, a de terras abandonadas, e no final tem-se uma floresta. O futuro está no que ficou de pé e no que poderá ficar de pé.

Um projeto de país digno do nome seria compreender todo esse potencial e essa riqueza e, a partir daí, transformar o Brasil naquilo que poucos países estão habilitados a ser: uma potência ambiental dos trópicos. Isso se faz fortalecendo o conhecimento, investindo em cientistas, levando as inovações para fora dos laboratórios, encampando uma política internacional de defesa das práticas sustentáveis como princípio econômico essencial. E, inevitavelmente, interrompendo a destruição. Enquanto existe, um bem natural perdura e não se deprecia. A floresta que hoje sustenta a biodiversidade sustentará a biodiversidade amanhã. O rio que movimentará uma turbina elétrica em 2021 provavelmente movimentará uma turbina elétrica diferente em 2121; a

máquina precisará ser substituída, o rio não. Porém — e esta é a diferença entre um bem natural e todos os outros ativos —, se o rio secar, se a floresta for cortada ou definhada, se a abundância de vida desaparecer, terá sido para sempre. O que retorna é outra coisa, diferente e mais pobre. A extinção é irreversível.

Levada adiante, a ideia de um Brasil que retira de seu patrimônio natural, e da Amazônia em particular, o fundamento de sua identidade e de seu destino, que transforma o arrabalde em nossa casa, por assim dizer, impõe ao país uma tarefa magnífica. No limite, a de desenvolver em terras brasileiras um dos centros mundiais da biodiversidade tropical. É um sonho que já habita a imaginação de alguns cientistas. Fazer daqui um eixo de referência mundial para a agricultura de baixo carbono, para os novos materiais extraídos da natureza, para a engenharia baseada nas formas vivas, para a identificação de moléculas que curam, para o estabelecimento de novos marcos legais de remuneração das comunidades que preservam esse vasto patrimônio genético, para a prestação de serviços ecossistêmicos — em suma, para nichos importantes de tudo o que possa ser chamado de biotecnologia.

Pouco importa se o objetivo é fantasioso e difícil de alcançar. O que importa é o rumo. Para um país que sempre sonhou baixo, é uma linda ambição, apta a evitar que, no futuro, uma criança olhe para um mogno e acredite que está diante de uma pilha de tábuas de compensado.

Agradecimentos

Embora a Amazônia seja o ativo mais precioso que o Brasil possui, eu, um brasileiro adulto com meios para viajar, jamais havia estado ali nem por quatro dias, situação que de uns anos para cá começou a me constrear. Recorri então a amigos que conhecem bem a região, pedindo que me mostrassem o caminho das pedras. Eles me indicaram amigos, que me puseram em contato com amigos, que me apresentaram a amigos, numa espécie de corrida de revezamento em que a generosidade era o bastão que passavam adiante. Minha lista de agradecimentos é extensa.

Em primeiro lugar, agradeço a Beto Veríssimo, a quem primeiro falei sobre meu desejo de passar uma temporada na Amazônia. Em início de 2019, sentados em torno de uma pequena mesa no Rio de Janeiro, esboçamos um roteiro preliminar da viagem. Ele acabaria me acompanhando em boa parte dos trajetos. Beto é um dos fundadores do Imazon, uma joia do terceiro setor brasileiro. Tê-lo como companheiro de viagem é uma dessas sortes que não se repetem muitas vezes. Ele me abriu os olhos para a Amazônia, me ajudou a enxergá-la em toda a sua beleza e sofri-